

## GOLPES DE ESTADO NA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: O PAPEL DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS DE TERRA NO ESTADO DE EXCEÇÃO

Gustavo Francisco Teixeira Prieto<sup>1</sup>

### Resumo

O presente projeto de pesquisa visa analisar a questão agrária e fundiária na América Latina, especificamente no que se refere aos mecanismos de reprodução da concentração fundiária e à lógica de apropriação privada de terras comunais, camponesas, públicas e devolutas no Brasil, no Paraguai e em Honduras. A hipótese do projeto argumenta que os proprietários de terra destes três países participaram direta e ativamente de momentos de ruptura institucional nos últimos dez anos e que são forças políticas decisivas na instituição de políticas agrárias voltadas para a expansão da fronteira agrícola e exportação de *commodities*. Assim, o objetivo desta pesquisa é investigar articuladamente as políticas de reforma agrária, a concentração fundiária e o papel dos proprietários de terra na política latino-americana contemporânea e na efetivação de uma economia centrada no agronegócio no século XXI, baseado especificamente no estudo comparado entre Brasil, Paraguai e Honduras.

**Palavras-chave:** reforma agrária; concentração fundiária; ruptura institucional.

### Introdução e o Estado latino-americano de exceção permanente

O presente trabalho objetiva ampliar e aprofundar as análises sobre a questão agrária e fundiária na América Latina, especificamente no que se refere aos mecanismos de reprodução econômica e territorial da concentração fundiária e à lógica política de apropriação privada de terras comunais, camponesas, públicas e devolutas, que realizamos em tese de doutorado (PRIETO, 2016). Na referida pesquisa, investigamos a grilagem de terra como fundamento da formação territorial e social brasileira e o poder político de concentração de renda e patrimônio da classe dos grandes proprietários de terra. A aliança entre os latifundiários e a burguesia industrial produziu, no caso brasileiro, uma especificidade de desenvolvimento do capitalismo na periferia, visto que a concentração da propriedade privada da terra atua como processo central de concentração da riqueza e, portanto, de capital, funcionando também como processo de concentração de poder e simultaneamente da política.

---

<sup>1</sup>Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: gustavoteixeiraprieto@gmail.com

Nesse sentido, busca-se desdobrar tal reflexão a partir da análise comparativa de três formações territoriais distintas, quais sejam Brasil, Paraguai e Honduras, verificando articuladamente a estrutura fundiária e os fundamentos da concentração de terras, os bloqueios às políticas de reforma agrária e o poder político, econômico e social da classe dos grandes proprietários de terra no século XXI nos referidos países.

A hipótese dessa reflexão substancia-se na análise de que os proprietários de terra realizam participação direta em momentos de ruptura institucional – ou seja, nos conflituosos e contraditórios processos de impeachment – realizados em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012 e no Brasil em 2016 e são forças políticas decisivas na instituição de políticas agrárias voltadas para a expansão da fronteira agrícola e exportação de commodities com interesses específicos no realinhamento geopolítico das elites rurais nacionais com a doutrina neoliberal no campo latino-americano e a atuação direta das empresas nacionais e transnacionais do agronegócio na política doméstica. Nesse sentido, acompanhamos as leituras de Löwy (2016) de que o Estado de exceção em que vivemos na América Latina contemporânea refere-se as novas formas de golpe de Estado, ancorado na pseudo-legalidade institucional dos processos de impedimento nas esferas parlamentares e jurídicas (e divulgado amplamente pelos meios de comunicação de massa). A participação ativa dos latifundiários como classe social nessa ruptura institucional da Geografia Política latino-americana não é propriamente uma novidade, vide o respaldo dos latifundiários nas ditaduras civil-militares do subcontinente, mas apresenta novas especificidades, discursos travestidos de modernidade e a aposta político-ideológica de outra configuração geopolítica pós-crise de 2008.

### **Latifundiários e o ódio à democracia: movimento progressivo-regressivo**

Texto do trabalho. Ressalta-se, em perspectiva histórica, que os grandes proprietários fundiários não foram banidos, total ou mesmo parcialmente, da dominação econômica, política e territorial de classe na América Latina, tal como aconteceu com o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais - como em boa parte da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão - conforme demonstram os trabalhos de Wood (2009); Post (2009) e Kawano (1962), respectivamente. Mas ocorre justamente o oposto: os grandes proprietários de terra participaram ativamente na condição de agentes agroexportadores suficientemente

capitalizados para a integração no sistema produtivo urbano-industrial (ou na manutenção da centralidade de determinados produtos agrícolas na pauta central de exportação) e no direcionamento político para a manutenção da extração de renda fundiária. Paulino e Almeida (2010), Ríos (2014), Hetherington (2014) e Prieto (2016) argumentam que ocorre apenas uma mudança pontual de papéis, pois as oligarquias continuam mantendo seu vultoso poder político e econômico a partir da manutenção da estrutura fundiária concentrada, forma de acesso efetivo à renda da terra e modus operandi para reprodução do seu papel decisivo na tomada de decisões no interior do aparelho do Estado.

Os países do capitalismo central, ao realizarem reformas agrárias e/ou processos de distribuição de terra, produziram uma ampliação daqueles que a detêm. Assim, diminuiu-se o poder de classe dos proprietários de terra na definição dos parâmetros de retorno econômico do capital e buscou-se promover o uso produtivo da terra no campo e na cidade. E, de fato, essa racionalidade capitalista convém às demandas de expansão para a consolidação do mercado interno e para o desenvolvimento da prevalência do lucro em detrimento da renda. Paulino e Almeida (2010, p.12) enfatizam:

(...) no modelo clássico, a burguesia constituiu-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim. É por isso que a consolidação da economia urbano-industrial prescindiu de intervenções profundas na estrutura de propriedade, a despeito do caráter inconciliável entre renda e lucro. Mas isso teve um preço, que a sociedade brasileira conhece tão bem: o da desigualdade, uma das mais pronunciadas do planeta.

Contraditoriamente aos países capitalistas centrais, na América Latina não houve significativos conflitos entre proprietários de terra e a burguesia, visto que a própria burguesia emergiu do seio do latifúndio (MARTINS, 1994; OLIVEIRA, 2007). O que ocorre na região é uma aliança dos interesses de classe entre terra e capital produzindo um pacto territorial, oligarca e (agro)industrial periférico (GARCIA JR, 1993; PAULINO; ALMEIDA, 2010), como meio, condição e produto da manutenção das elites no poder centralizado na grande propriedade fundiária. Ressalta-se, assim, que o latifúndio não pode ser entendido como um empecilho, um entrave, um bloqueio ou uma amarra à expansão das relações capitalistas de produção no campo, conforme argumenta criticamente Oliveira (2010), mas sim como uma

contradição fundamental do modo capitalista de produção e suas formas de poder e controle da economia, da sociedade e da política. O capital expande a produção capitalista no campo, mas gera também o latifúndio e a reprodução dos camponeses. Essa lógica de desenvolvimento é explicitada por uma característica que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina realizou: o predomínio dos latifúndios não é um obstáculo para a reprodução capitalista (OLIVEIRA, 2007), mas a possibilidade, por meio da especulação, de se produzir capital fora dos circuitos produtivos, demonstrando peremptoriamente sua faceta rentista. Nesse sentido, pode-se constatar que há um rentismo latino-americano.

Nota-se que a partir da década de 1980, a situação agrária na América Latina é marcada por um aprofundamento da concentração fundiária e uma nova rodada de processos de expropriação e reterritorialização de populações indígenas (DÁVALOS, 2005; GARCÍA LINERA, 2009) e camponesas (MOYO; YEROS, 2008; RÍOS, 2012) articulados à expansão da doutrina neoliberal e dos ajustes espaciais (HARVEY, 2005) e geopolíticos na região.

A partir da década de 1980, a situação agrária na América Latina é marcada por um aprofundamento da concentração fundiária e uma nova rodada de processos de expropriação e reterritorialização de populações indígenas (DÁVALOS, 2005; GARCÍA LINERA, 2009) e camponesas (MOURA, 1988; MOYO; YEROS, 2008; RÍOS, 2012; PAULINO; ALMEIDA, 2010) articulados à expansão da doutrina neoliberal e dos ajustes espaciais (HARVEY, 2005) e geopolíticos na região.

Ressalta-se que as ditaduras civis e/ou militares na segunda metade do século XX na região são responsáveis diretas pela intensificação contraditória da concentração de terras que apresenta articuladamente raízes coloniais (COSTA, 2007; MAURO, 1996; ZAVALA, 1978) e patrimonialistas (FAORO, 2001), no desenvolvimento específico do capitalismo latino-americano (MARINI, 2000; GUNDER FRANK, 2012; BAMBIRRA, 1972; SANTOS, 2000) e na formação da propriedade privada da terra (OLIVEIRA, 2010; IOKOI, 1996; SILVA; SECRETO, 1999). Assim, os projetos, programas e leis de incentivo à reforma agrária perpetrados por ditaduras e governos liberais e/ou conservadores na América Latina a partir da década de 1960 são resultado direto do reordenamento da política externa estadunidense a partir da assim chamada Aliança para o progresso, que visava estimular os países latino-americanos a promover reformas nas suas estruturas agrárias. Essa mudança de orientação era amplamente influenciada pela Revolução Cubana e pelo temor de realização de novos

processos revolucionários na América Latina (SILVA, 1997; RIBEIRO, 2006). De acordo com Silva (1997, p. 20), analistas americanos “chegaram à conclusão de que o perigo de novas revoluções poderia ser evitado se os governantes latino-americanos se conscientizassem da necessidade de alterar a situação das massas camponesas, sendo que a reforma agrária era considerada o instrumento fundamental para atingir esse objetivo”.

No Brasil, por exemplo, em 1964 foi criado o Estatuto da Terra como uma das primeiras medidas do governo ditatorial de Castello Branco. Apresentado como uma lei de reforma agrária, foi de fato um ordenamento jurídico que pressupunha o desenvolvimento rural baseado na racionalização capitalista da agricultura cujo intuito era a modernização dos latifúndios e a transformação dos minifúndios em empresas capitalistas. Nesse contexto, na década de 1970 foram realizados mecanismos de incentivo e concessões de terra (e de fundos territoriais) fundamentados na colonização e ancorados na expansão da fronteira agrícola brasileira e em diversos mecanismos de grilagem de terras, especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia. Tal processo substanciou, no Brasil, a aliança entre terra e capital responsável pelo aprofundamento da concentração de terras entre 1964 e 1985 (PRIETO, 2016).

Analisando o processo de modernização conservadora do desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de Martins (1994) e Marés (2003), pode-se concluir que se consubstancia uma tendência a um ciclo na história política do Brasil com implicações claras para a formação territorial: as grandes reformas sociais foram propostas por representantes do pensamento liberal e certamente, pressionadas por revoltas, insurreições e movimentos populares, mas foram implementadas, na prática, por conservadores.

Esse jogo político, entretanto, apresentou uma constância: a centralidade da classe dos proprietários de terra na forma com que as reformas sociais foram efetivadas. Martins (1994, p. 74) afirmou que:

Não havia, na elite, uma classe antagônica suficientemente forte e consciente de seus interesses e de suas oposições, como uma burguesia moderna, oposta aos interesses do latifúndio, que pudesse levar adiante reformas sociais que não afetassem opções políticas e ideológicas fundamentais.

Assim, a burguesia urbano-industrial brasileira nasceu do seio do latifúndio, e essa aliança desde sua origem se repôs em momentos de (aparentes) rupturas políticas para a

conservação de interesses, concessão paliativa de direitos, troca de favores, compadrio, clientela e controle do aparelho do Estado para a legalização de privilégios e ilegalidades. Diante disso, a aliança entre terra e capital no Brasil é demonstrada por diversas facetas. Analisando como essa aliança se consolidou, em um sentido econômico, constata-se, partindo das reflexões de Oliveira (2007) e Martins (1994), que o Estado, sobretudo a partir do período da ditadura civil-militar brasileira, utilizou, para a reprodução do capital, de ampla política de incentivos fiscais às grandes empresas que investissem, principalmente, em terras nas áreas de fronteira de expansão do capitalismo no campo. Esse processo produziu uma dupla perversidade: o aumento da concentração fundiária e a drenagem de recursos públicos para a manutenção de empresas capitalistas interessadas em rendimentos fartos e praticamente gratuitos. O Estado cedeu, então, parte de seus bens patrimoniais - vastas extensões de terras devolutas – às empresas capitalistas que aplicassem em incentivos fiscais a fundo perdido. A empresa capitalista moderna no Brasil se tornou latifundiária ou o latifúndio se modernizou e se tornou empresarial? Na verdade, o processo foi ainda mais complexo, pois constata-se que o capitalismo no Brasil se desenvolveu fundamentalmente a partir da aliança entre terra e capital, e a formação territorial brasileira é expressão concreta, pois síntese das múltiplas determinações colocadas, da reprodução contraditória do capitalismo rentista.

Com isso, a ditadura civil-militar, dentre seus muitos legados, deixou também na formação territorial brasileira o comprometimento dos grandes capitalistas com a propriedade fundiária, não mais somente através de alianças políticas, como antes de 1964, mas a partir de uma substantiva aliança social e econômica que entrelaçou interesses e consolidou uma estrutura fundiária essencialmente concentrada.

No Paraguai, o Estatuto Agrario produzido em 1963 sob explícita anuência estadunidense fundamentou a “marcha para o leste”, em direção à fronteira brasileira. O Estatuto criou uma empresa de terras, o Instituto de Desarrollo Rural y de la Tierra (INDERT), que se converteu no principal instrumento de clientelismo rural do Partido Colorado que concentrava o poder na ditadura do general Alfredo Stroessner entre 1954 e 1989 (RIQUELME, 2003; KAY, 1996). De acordo com Hetherington (2011), oficiais militares de altas patentes foram os principais beneficiários do programa de reforma agrária ditatorial e controlavam vultosas extensões de terra na região oriental paraguaia, principal fragmento do território de distribuição de terras. Cerca de 74% das terras distribuídas pelo governo foram

entregues a 2,8% dos beneficiários da reforma. Parte expressiva dessas terras são conhecidas no Paraguai como terras mal habitadas.

Em Honduras, foi instituída em 1962 a primeira lei de reforma agrária do país a fim de simultaneamente acessar os recursos financeiros estadunidenses da Aliança para o progresso e conter os movimentos camponeses de ocupação de terras das empresas transnacionais de bananicultura (RÍOS, 2012). Todavia, a lei foi amplamente rechaçada pelos proprietários de terra. Sob a ditadura do general Oswaldo López Arellano foi promulgada uma segunda lei de reforma agrária (Ley de Reforma Agraria para executar o Plan Nacional de Reforma Agraria) em 1975 ante a expressiva mobilização e luta camponesa (RÍOS, 2014). Fundamentada em argumentos econômicos de modernização da agricultura e tecnificação do campo com utilização de insumos e maquinários agrícolas, a lei baseava-se em ideologia de coletivização da propriedade privada (a luta contra o egoísmo e o individualismo da pequena propriedade) e anticomunista, visto que a prerrogativa era a eliminação tanto dos latifúndios quanto dos minifúndios e o incentivo às empresas rurais, o que coadunava com interesses das multinacionais produtoras de banana (MERLET, 1999).

As análises realizadas nas décadas de 1980 e 1990 sobre as políticas de reforma agrária levadas a cabo por governos ditatoriais nas décadas anteriores revelaram o aumento da concentração fundiária e do número de camponeses sem terras e indígenas expropriados, conforme verificam Martins (1994) analisando o Brasil, Cáceres e Zelaya (2012) investigando Honduras e Kleinpenning e Zoomers (1991) e Riquelme (2003) refletindo sobre o Paraguai.

Com a ascensão do neoliberalismo e a ampliação dos interesses estadunidenses de expansão do agronegócio na região (DROS, 2004; VILADESAU, 2008; PORTO-GONÇALVES, 2006), os grandes proprietários de terra reproduzem o pacto territorial de classe na manutenção da estrutura fundiária concentrada (DAGNINO et al., 2006; OLIVEIRA, 2010). No Brasil, inicialmente os governos de Collor e Itamar, e particularmente a administração de Fernando Henrique Cardoso, promoveram políticas de reforma agrária amplamente conectadas aos interesses do agronegócio e associadas à participação ativa do Banco Mundial. Delgado (2012) afirma que no final da década de 1990 se organizou uma tentativa de retomada de um ajuste externo com a consolidação do protagonismo dos grandes proprietários de terra que se realizava a partir da ampliação dos privilégios de classe, respaldados por incentivos estatais de ordem econômica, política e social (trocando em

miúdos, com vultosos investimentos financeiros, com o firme apoio político e com a necessária permanência de legitimação ideológica por parte do aparelho do Estado). Foram lançadas as bases para a efetivação do capitalismo financeiro na agricultura, o que produziu os fundamentos contemporâneos de uma economia do agronegócio que se articulou na regulação (e/ou desregulamentação), na organização capitalista e na provisão estatal dos mercados de terra, créditos e complexos agroindustriais. Forjaram-se novas bases do pacto territorial rentista entre as assim chamadas cadeias agroindustriais, a grande propriedade fundiária e o Estado na drenagem de investimentos públicos para exportação de commodities, expansão territorial e acumulação do capital. A produção do capital se encontrava garantida, assim como a reprodução das classes capitalistas.

A assim chamada reforma agrária de mercado, com o surgimento dos Projeto Cédula da Terra, do Banco da Terra e com explícito apoio das políticas estimuladas pelo Banco Mundial, são exemplos do lugar financeirizado da reforma agrária na virada do século XX para o século XXI (MARTINS, 2004; SAUER; PEREIRA, 2006; OLIVEIRA, 2007; MURPHY et al., 2012).

No Paraguai, a deposição do governo ditatorial de Stroessner em 1989, realizado por forças políticas internas ao Partido Colorado, e a abertura democrática na década de 1990 não significaram uma alteração profunda na concentração fundiária paraguaia. De fato, se aprofunda a concentração de terras diretamente relacionada à expansão vertiginosa da área plantada com soja nas últimas duas décadas devido a valorização das commodities nos mercados internacionais e a utilização de soja transgênica (a Soya RR). Segundo análises de Guereña e Riquelme (2013) e Hetherington (2011), em 2008 a produção de soja registrou um aumento de 345% na superfície cultivada. Nas reflexões de Hetherington (2012) segundo os dados do Censo Agropecuario Nacional de 2008, claramente a expansão do cultivo resultou em maior concentração de renda, terra e poder político por parte dos grandes proprietários de terra.

Destaca-se que os programas agrários paraguaios são substituídos de uma lógica de processos de redistribuição de terras para a promoção de reformas cadastrais, ou seja, enfatizam na ascensão neoliberal o desenvolvimento institucional por meio da cobrança de impostos e a redução de custos de transação para a titulação de terras. Dessa forma, a lógica foi principalmente efetivar a partir de um processo de cadastramento e titulação de



propriedades facilmente transferíveis a criação de um mercado de terras com a incorporação fundiária (HETHERINGTON, 2012). Tais políticas paraguaias foram realizadas sob forte influência da USAID em 1985, posteriormente do Banco Mundial em 1992 e do BID em 2002.

Em Honduras, em 1989, duas entidades ligadas às elites urbano-industriais e latifundiárias, quais sejam, o Consejo Hondureño de la Empresa Privada (COHEP) e a Federación Nacional de Agricultores y Ganaderos de Honduras (FENAGH), se aliaram com a embaixada estadunidense e as Instituições Financeiras Intemediárias (IFI) para propor um novo modelo de política para a agricultura hondurenha. Foi constituído o Comité Nacional de Productores para la Política Agrícola (CONPPA), integrado por grandes proprietários de terras e apoiado pela USAID a fim de facilitar processos de compra e venda de ativos e força de trabalho. O CONPPA criticava a reforma agrária, que não estimularia a criação de um mercado de terras e assim impediria usos mais eficientes e intensivos de produção e emprego dos trabalhadores rurais (RÍOS, 2014).

Em 1992 é criada a Ley para la modernización y el desarrollo del sector agrícola, que se constituiu em peça central de um dispositivo elaborado para a reconstrução do desenvolvimento econômico hondurenho no quadro de políticas neoliberais de reajuste estrutural e ajuste espacial (MERLET, 1999; RÍOS, 2014). A lei objetivou acelerar o processo de transferência formal da propriedade do Estado a proprietários privados. Pretendeu ainda reintegrar as terras “reformadas” em um sistema geral de registro de propriedade para acelerar o processo de emissão de títulos e sua inscrição em um registro de propriedade. A lei autorizou também a venda de terras de beneficiários de assentamentos da reforma agrária, uma vez legalizadas as terras.

Em maio de 1994, dois anos após a promulgação da lei, mais de 30 mil hectares de terras camponesas haviam sido vendidas. A concentração das vendas se realizou fundamentalmente na costa norte de Honduras, onde se localizam as terras mais férteis do país. O processo de privatização se aprofundou substancialmente no início do século XXI.

Na primeira década do século XXI a região vivenciou acontecimentos eleitorais importantes, com consequência nas suas relações internacionais. As antigas frentes guerrilheiras de liberação nacional, convertidas em partidos políticos pós-acordos de paz, chegaram ao poder por meio de eleições livres e legítimas na América Central (PIRKER;

NÚÑEZ, 2013). Na América do Sul, partidos, grupos e lideranças políticas de esquerda ligados ao novo sindicalismo, à questão indígena, à Teologia da Libertação e aos camponeses sem terras foram eleitos em processos democráticos e com alta participação popular (MARTINS, 2011). Estes governos estabeleceram a necessidade de enfrentar os enormes desafios internos simultaneamente à possibilidade de redirecionar a política externa e a própria inserção internacional dos seus países. Em 2003, 2006 e 2009 ascenderam respectivamente à liderança política de seus países Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores no Brasil ; Manuel Zelaya, do Partido Liberal em Honduras; e Fernando Lugo, no Paraguai. Com trajetórias pessoais e políticas bastante diferentes , estes assumiram os governos com expectativas de transformação social popular e também de realização de profunda reforma agrária, sobretudo no Brasil e no Paraguai. Suas administrações criticaram fortemente as políticas neoliberais em momentos de campanha e realizaram formas de governos denominados de pós-neoliberais (SADER, 2009), democracias substantivas (PINHO, 2011) e/ou nova esquerda latino-americana (SADER, 2007; BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012). Essas administrações foram eleitas em um contexto de profundas críticas à realização da doutrina neoliberal, à ampliação das desigualdades sócioespaciais e ao aumento da pobreza rural. Esses governos desenvolveram políticas contraditórias ora críticas à subordinação liberal ora reprodutoras da lógica do rentismo latino-americano.

Na primeira década do século XXI a região vivenciou acontecimentos eleitorais importantes, com consequência na geopolítica regional. As antigas frentes guerrilheiras de liberação nacional, convertidas em partidos políticos pós-acordos de paz, chegaram ao poder por meio de eleições livres e legítimas na América Central (PIRKER; NÚÑEZ, 2013). Na América do Sul, partidos, grupos e lideranças políticas de esquerda ligados ao novo sindicalismo, à questão indígena, ao cristianismo de libertação e aos camponeses sem terras foram eleitos em processos democráticos e com alta participação popular (MARTINS, 2011). Estes governos estabeleceram a necessidade de enfrentar os enormes desafios internos simultaneamente à possibilidade de redirecionar a política externa e a própria inserção internacional dos seus países.

Em 2003, 2006 e 2009 ascenderam respectivamente à liderança política de seus países Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores no Brasil; Manuel Zelaya, do Partido Liberal em Honduras; e Fernando Lugo do Partido Democrata Cristão, no Paraguai. Com

trajetórias pessoais e políticas bastante diferentes, estes assumiram os governos com expectativas de transformação social popular e também de realização de profunda reforma agrária, sobretudo no Brasil e no Paraguai. Suas administrações criticaram fortemente as políticas neoliberais em momentos de campanha e realizaram formas de governos denominados de pós-neoliberais (SADER, 2009), democracias substantivas (PINHO, 2011) e/ou nova esquerda latino-americana (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012). Essas administrações foram eleitas em um contexto de profundas críticas à realização da doutrina neoliberal, à ampliação das desigualdades sócio-territoriais e ao aumento da pobreza rural. Esses governos desenvolveram políticas contraditórias ora críticas à subordinação liberal ora reprodutoras da lógica do rentismo latino-americano.

A classe dos proprietários de terra entre tensões e cooptações, apesar de participar das administrações dos governos Lula e Rousseff, no Brasil ; Lugo, no Paraguai ; e Zelaya, em Honduras , apresentou discursos críticos quanto às medidas de combate à fome e à pobreza no campo, às políticas de reforma agrária e de participação política camponesa, indígena e de trabalhadores rurais. Tal classe capitalista é considerada por Briceño (2009), Dobrée (2015) e Pericás (2016) como protagonista no momento de rupturas institucionais, substanciadas em deposições e/ou golpes (jurídicos e parlamentares) de Estado realizadas em 2009, 2012 e 2016 e são classes essenciais para o entendimento da contemporânea Economia Política do agronegócio latino-americanos.

As novas formas de golpe na América Latina consistem em uma ferramenta das classes burguesas e de proprietários de terra usado para brechar processos revolucionários ou concessões de direitos sócio-espaciais que possam representar alguma diminuição em seu espaço de dominação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo: In SADER, E; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BAMBIRRA, V. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1972.

- BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília – DF, 1964c.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da Republica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília – DF, 1988
- BRASIL. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar/INCRA. **Livro Branco da Grilagem.** Brasília – DF, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L.; THEUER, D. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 811-829, dez. 2012.
- BRICEÑO, R. Honduras: golpe, oligarquía y el movimiento popular. Informe de Coyuntura. **OSAL**, mai-ago, 2009.
- CÁCERES, M.; ZELAYA, S. **Honduras, 1990-2009: 20 años de despojo.** De cómo se ha enriquecido la élite empresarial a costa del resto de la población. Tegucigalpa: NYSA, SRL, 2012.
- COSTA, E. V. **Da senzala à colônia.** São Paulo: Unesp, 2007.
- DAGNINO, E. *et al.* Introducción: Para otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina. en DAGNINO, E. *et al.* (org.). **La disputa por la construcción democrática en América Latina.** México: FCE/CIESAS/Universidad Veracruzana, 2006.
- DÁVALOS, P. (org.). **Pueblos indígenas, Estado y democracia.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- DELGADO, G. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- DOBRÉE, P. **La tierra en el Paraguay: de la desigualdade al ejercicio de derechos.** Assunção: ICCO, 2015.
- DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe).** Petrópolis: Vozes, 1981.
- DROS, J. M. Administrando os avanços da produção de soja: dois cenários da expansão do cultivo de soja na América do Sul. **AID Environment**, Amsterdã, jun. 2004.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** Porto Alegre: Globo, 2001.
- FIGUEIRA, R. R. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- GARCIA JR, A. Reconversion des élites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. **Études rurales**, n. 131-132, 1993, p. 89-105.
- GARCÍA LINERA, A. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2009.

GRIMALDI, I. **Monsanto golpea en Paraguay: los muertos de Curuguaty y el juicio político a Lugo.** México D.F. : Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2013.

GUEREÑA, A.; RIQUELME Q. **Espejismo de la soja.** Asunción: Informes de Investigación de Oxfam, ago. 2013. Disponível em <<https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/rr-soy-mirage-corporate-social-responsibility-paraguay-290813-es.pdf>>. Acesso em 20 out. 2016.

GUNDER FRANK, A. **A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo.** In: STÉDILE, J. **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 35-100.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2005.

HETHERINGTON, K. **Guerrilla Auditors: the politics of transparency in neoliberal Paraguay,** Duke University Press, Durham, 2011.

HETHERINGTON, K. **La contrarreforma agraria en Paraguay.** In: ALMEYRA, G. et al. **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012).** México D.F.: UAM; Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 173-214.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

KAWANO, K. **Brèves remarques hétérodoxes sur l'histoire moderne du Japon.** *Annales.Économies, Sociétés, Civilisations.* v. 17, n. 6, 1962. pp. 1137-1140.

KAY, Cristóbal. **Rural Development and Agrarian Issues in Contemporary Latin America.** Haia: Institute of Social Studies, 1996.

KLEINPENNING, J. M.; ZOOMERS, E. **Elites, the Rural Masses and Land in Paraguay: subordination of the Rural Masses to the Ruling Class.** *Development and Change,* v. 22, p. 279-295, 1991.

MARÉS, C. F. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência.** In: SADER, E. **Dialética da dependência.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência (A questão política no campo).** São Paulo: Hucitec, 1980.

- MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, M. D. (org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.
- MAURO, F. **L'expansion européenne, 1600-1870.** Paris: PUF, 1996.
- MERLET, M. **Réformes agraires, marchés fonciers, organisations paysannes: échecs et défis.** Les cas du Nicaragua et du Honduras. Paris: PUF, 1999.
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MOYO, S.; YEROS, P. (org.). **Recuperando la tierra: el resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- MURPHY, S. *et al.* **Cereal Secrets: the world's largest grain traders and global agriculture.** Oxfam Research Reports, august, 2012.
- OLIVEIRA, A. U. **Geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência.** 1997. 2v. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, Agricultura e Reforma Agrária.** 1 ed. São Paulo: FFLCH/LABUR Edições, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2011a.
- PAULINO E.; ALMEIDA, R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PERICÁS, L. Os semeadores da discórdia: a questão agrária na encruzilhada. In: SINGER, A. *et al.* **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise.** Boitempo: São Paulo, 2016, p. 99-107.
- PIÑERO, D. **En busca de la identidad: la acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina** Buenos Aires: Clacso, 2004.
- PINHO, C. E. A Governança de Esquerda no Cenário Pós-Neoliberal: o discurso (e a prática) em defesa de uma estratégia nacional de desenvolvimento diante da aquiescência às instituições representativas da democracia liberal e parlamentar. **Observador On-line, OPSA**, v. 7, p. 1-46, 2012.
- PIRKER, K.; NÚÑEZ, O. Cuatrohipótesis y uncorolario en torno a golpe de Estado en Honduras. **OSAL**, Buenos Aires, ano XI, n. 28, nov. 2010
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.**

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRIETO, G. F. T. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista:** grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, L. O.; SECRETO, M. V. Terras Públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. n.12, p. 109-141, 1999.

RIBEIRO, V. V. **Fazendas e quartéis:** a questão agrária sob ótica militar no Brasil e no Peru: (1961-1988). *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 02, p. 94-129, 2010.

POST, C. Agrarian Class Structure and Economic Development in Colonial British North America: The place of the American Revolution in the origins of US Capitalism. **Journal of Agrarian Change** v. 9, n. 4, 2009.

RIBEIRO, R. **A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos.** 2006. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

RÍOS, G. Capitalismo, tierra y poder en Honduras. In: ALMEYRA, G. et al. **Capitalismo:** tierra y poder en América Latina (1982-2012). México D.F.: UAM; Buenos Aires: CLACSO, 2014, p.147-180.

RIQUELME, Q. **Los campesinos sin tierras en Paraguay:** conflictos agrarios y movimiento campesino Buenos Aires: CLACSO, 2003.

SADER, E. **A vingança da história.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SADER, E. **A nova toupeira.** São Paulo: Boitempo, 2009.

SAUER, S; PEREIRA, J. **Capturando a Terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, L. O. Terra, Direito e Poder. **Boletim da ABA**, Campinas, v. 27, p. 17-22, 1997.

PAULA, N. *et al.* A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, ano 23, v. 2, out. 2015.

PAULINO, E. T. Capitalismo rentista e luta pela terra. *Revista NERA, Presidente Prudente* v. 15, p. 19-40, 2012.

SANTOS, T. **Teoria da dependência:** balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, J. G. **Reforma Agrária no Brasil:** frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

VILADESAU, T. P. El agronegocio de la soja em Paraguay: antecedentes e impactos sociales y económicos. In: FERNANDES, B. M. (org). **Campesinato e agronegocio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 17-43.

WOOD, E. M. **L'origine du capitalisme: une etude approfondie**. Montréal: Lux Éditeur: 2009.

ZAVALA, S. **Ensayos sobre la colonización española en América**. México D.F.: Porrúa, 1978.